

História e Literatura, silenciar ou anunciar? Os dilemas da escravidão africana na escrita de Joaquim Manuel de Macedo no Brasil oitocentista

History and Literature, silence or announce?

*The dilemmas of African slavery in the writing of Joaquim Manuel de Macedo in 19th century
Brazil*

Luís César Castrillon Mendes

 <https://orcid.org/0000-0002-7888-8535>
Universidade Federal do Amazonas

Renilson Rosa Ribeiro

 <https://orcid.org/0000-0002-2809-1376>
Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: O médico Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) foi romancista, historiador, professor e autor de manuais escolares de História do Brasil, consagrando-se como um dos escritores mais lidos no decorrer do Segundo Reinado, sobretudo as suas *Lições de História do Brasil*, publicadas a partir de 1861. Membro atuante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Colégio Pedro II, em sua vasta produção histórico-literária, buscava uma escrita que fosse ao encontro do projeto de construção nacional por parte da Monarquia. Para tal empreendimento, um assunto se tornava particularmente delicado, qual seja, os negros e a escravidão. Diante da riqueza e possibilidades acerca desta personagem, este ensaio objetiva analisar as manifestações (ou as suas ausências) sobre o negro e a escravidão no Brasil oitocentista por parte de Macedo. Além disso, busca-se verificar quais os meios, estratégias e áreas do conhecimento privilegiadas pelo autor para expor suas opiniões sobre este tema tão delicado para a elite letrada imperial da Corte fluminense.

Palavras-chave: História do Brasil. Ensino de História. Literatura. Escravidão. Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882).

Abstract: Physician Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) was a novelist, historian, teacher and author of textbooks on the History of Brazil, establishing himself as one of the most read authors during the Second Reign, especially his *Lessons on the History of Brazil*, published from 1861 onwards. Active member of the Brazilian Historical and Geographical Institute and of the Colégio Pedro II, in his vast historical-literary production, he sought a writing that would meet the Project of national construction by the Monarchy. For such an undertaking, a subject became particularly delicate, namely, blacks and slavery. Given the wealth and possibilities of this character, this essay aims to examine the manifestations (or their absences) about blacks and slavery in nineteenth-century Brazil by Macedo. In addition, it seeks to verify which means, strategies and areas of knowledge privileged by the author to express his opinions on this topic so delicate for the literate imperial elite of the Court of Rio de Janeiro.

Keywords: Brazil History. History Teaching. Literature. Slavery. Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Escrever é um ato complexo que envolve diversos procedimentos, objetivos, metodologias, fontes, lugares, inspirações, imaginações e compromissos, que são inerentes às muitas áreas do conhecimento em que se efetiva. Particularmente, a escrita historiográfica, desde que este campo do saber adquiriu estatuto científico, processo iniciado a partir do final do século XVIII, primou por produzir narrativas pretensamente objetivas, neutras e imparciais, ou seja, uma História única, absoluta e verdadeira. Hoje sabemos que essa História ciência possui limites e possibilidades bem mais modestos se comparados com aquele contexto, cujos estados estavam sendo fundados e a nação ainda por se construir. O caso brasileiro é um bom exemplo disso. De posse de boa parte do aparato teórico-historiográfico e metodológico disponível, construímos nossos textos carregados de intersubjetividades. Eles configuram-se e, cada vez mais temos consciência disso, de forma parcial, relativa, contingencial, provisória e intentando obter certos efeitos de verdade.

O passado é reconstruído a partir dos discursos, assertivas e textos históricos e eles constituem-se enquanto a fonte da historiografia, ou seja, a necessária retificação das versões do passado histórico operada a cada geração (MALERBA, 2006, p. 19).

Michel de Certeau entre outros¹, “abalou” a oficina da História, ao mostrar que a escrita se prende às regras e condições do lugar em que é construída. Esse intelectual francês produziu trabalhos em diversos campos do conhecimento, tais como, história, sociologia, antropologia, filosofia e psicanálise. Para o autor, se faz uma “operação historiográfica” com a combinação de um lugar social, “práticas científicas” e uma escrita. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. Torna-se impossível, para Certeau, analisar o discurso histórico independentemente das instituições em função das quais ele se organiza silenciosamente. Em história, prossegue o historiador, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho (CERTEAU, 2002, p. 66-81).

Considerar o lugar de produção das narrativas históricas pode se tornar um exercício interessante para se evidenciar as peculiaridades do contexto, bem como das intenções dos autores e autoras, concepções políticas, memórias selecionadas, agentes eleitos enquanto protagonistas, identidades forjadas, tradições inventadas, mitos fundacionais celebrados, dentre muitos outros aspectos.

Stephen Bann, afirmou que a Historiografia se constitui em um campo em aberto. Para abordá-la é preciso ser uma figura interdisciplinar, ou seja, ter conhecimento nos campos da história e da literatura, necessita ser uma espécie de historiador *déclassé* ou um *litterateur* historicamente orientado (BANN, 1994). Este é justamente o caso da personagem Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), romancista, historiador, professor e autor de manuais escolares de História do Brasil, além de membro atuante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Colégio Pedro II. O trânsito por esses “entre-lugares” de produção discursiva fez com que a sua escrita adquirisse certas “peculiaridades”, como se verificará no decorrer do texto.

Assim, diante da riqueza e possibilidades acerca desta personagem, pretende-se neste artigo analisar as manifestações (ou as suas ausências) acerca do negro e da escravidão no Brasil oitocentista por parte do médico – escritor Macedo. Busca-se também

¹ Além de Certeau, outros autores foram importantes para a desconstrução dessa pretensão de cientificidade e totalidade, tais como Hayden White (1994), Michel Foucault (2002) e Roger Chartier (1990).

verificar quais os meios, estratégias e campos do conhecimento privilegiados pelo autor para expor suas opiniões sobre este tema “indigesto” para a elite letrada imperial da Corte fluminense.

O século XIX brasileiro, a identidade nacional e o “fardo” da escravidão

Ao ser fundado, em 1822, o Estado brasileiro precisou envidar todos os esforços disponíveis para uma construção identitária de âmbito nacional. Assim, se poderia pensar em amalgamar todo o imenso território, bem como legitimar suas fronteiras por meio do monopólio dos saberes historiográfico e literário. A única Monarquia das Américas, que se dizia herdeira das Luzes europeias, teria na escravização dos negros de diversas nações africanas, um assunto indigesto para ser resolvido. Afinal, escravidão não combinava com ilustração.

No interior das instituições criadas para esse ousado projeto, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio Pedro II, encarregadas de construir uma história/literatura para o jovem país e disseminá-las para as futuras gerações, respectivamente, os negros e o problema da escravidão foram tratados retoricamente e de forma gradual. Há que se observar que a mola propulsora do Império era justamente a mão de obra escrava seja do negro trazido da África, ou mesmo do “negro da terra”.

Era de se esperar um silenciamento referente a esses grupos à época, não somente nas produções de âmbito “didático” adotados no Colégio, criado para ser modelo, mas também e, principalmente, na *Revista do IHGB*, uma espécie de periódico oficial na Monarquia bragantina nos trópicos.

Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), médico de formação, após abandonar a profissão se tornou catedrático de História Antiga e Geografia no Colégio Pedro II desde 1849. Em 1861 publicou o seu primeiro manual de história do Brasil: as suas *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colegio*². Nesse período já havia migrado para a cátedra de História e Corografia do Brasil, posto que assumiu a partir de 1858. (MACEDO, 2005, p. 353).

Além de lente do renomado colégio, por mais de trinta anos, Macedo foi secretário do IHGB entre 1852 e 1856 e orador da mesma instituição durante três décadas. Por isso, torna-se uma personagem estrategicamente localizada na articulação entre os dois lugares de produção discursiva: o “erudito” e o “didático” (cf. MATTOS, 2000).

Para Arlette Gasparello, a obra didática de Macedo contou com a força das representações sociais ligadas a três importantes instâncias, duas delas institucionais: o IHGB, que detinha o controle da produção historiográfica, e o Colégio Pedro II, referência maior na instrução secundária oficial. A terceira, a fonte básica para as suas *Lições*, a *História geral do Brasil*, escritas em 1854, por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), garantiria projeção e longevidade nas práticas escolares (GASPARELLO, 2004, p. 130).

Além disso, Macedo era um consagrado romancista. Sua primeira obra, *A Moreninha*, publicada em 1844, inauguraria a prosa romântica nacional. Dessa forma, além do livre trânsito entre duas das principais instituições imperiais, Macedo reunia o protótipo do historiador-literato do Instituto e professor-autor de um dos livros “didáticos” mais lidos no século XIX.

² Joaquim Manuel de Macedo publicou duas obras intituladas *Lições de História do Brasil*, que foram utilizadas no Colégio Pedro II: a de 1861, para alunos do 4º ano e a de 1863, para alunos do 7º ano.

Dos três manuais publicados por Macedo, a partir de suas aulas e fundamentados, principalmente, em Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), dois deles (publicados respectivamente em 1861 e 1863) foram endereçados aos alunos do Colégio Pedro II, conforme dito anteriormente. A publicação de 1865 foi elaborada especificamente para alunos da instrução primária. Esta última constituiu-se em uma espécie de resumo dos outros dois manuais; continha, quadros sinóticos mais sucintos e duas novidades: *perguntas* ao final de cada lição e as *explicações*, uma espécie de glossário. Este manual foi o que teve maior longevidade, várias reedições saíram dos prelos imperiais e também dos republicanos, as últimas delas em 1907 e 1914, organizadas respectivamente por Olavo Bilac (1865-1918) e Rocha Pombo (1857-1933) (ANDRADE, 2007, p. 226).³

Diante da riqueza e possibilidades acerca desta personagem, este ensaio objetiva analisar as manifestações (ou as suas ausências) sobre o negro e a escravidão no Brasil oitocentista por parte de Joaquim Manuel de Macedo. Além disso, busca-se verificar quais os meios, estratégias e áreas do conhecimento privilegiadas pelo autor para expor suas opiniões sobre este tema tão delicado para a elite letrada imperial da Corte fluminense.

As imagens dos povos africanos e da escravidão na escrita oitocentista: O IHGB, Martius e Varnhagen

Ao tratar da “raça africana ou etíope” em suas relações com a História do Brasil, Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), vencedor do concurso para um plano de escrita da história antiga e moderna do Brasil promovido pelo IHGB, teceu breves considerações, ao contrário do que havia feito em relação ao indígena e português. Quanto ao negro africano, o naturalista bávaro nos ofereceu poucos dados e propôs algumas poucas questões. As indagações lançadas por Martius concentravam-se praticamente em torno do tráfico de escravizados, os seus hábitos e costumes, os defeitos e virtudes próprios da sua raça e suas influências no caráter do português, o elemento colonizador:

Sendo a África visitada pelos portugueses antes da descoberta do Brasil, e tirando eles, deste país grandes vantagens comerciais, é fora de dúvida que já naquele período influía nos costumes o desenvolvimento político de Portugal. Por este motivo devemos analisar as circunstâncias das colônias portuguesas na África, de todas as quais se trafica em escravatura para o Brasil, dever-se-á mostrar que movimento imprimiam na indústria, agricultura e o comércio das colônias africanas para com as do Brasil, e vice-versa. De sumo interesse são as questões sobre o estado primitivo das feitorais portuguesas, tanto no litoral como no interior da África, e da organização do tráfico de negros. Estas circunstâncias são quase inteiramente desconhecidas na Europa. Só ultimamente foram publicadas notícias sobre este assunto pelos ingleses; contudo parecem representadas em grande parte de um só lado, nem fornecem esclarecimentos suficientes, sobre o manejo e procedimento do tráfico dos escravos no interior do país. E se observarmos pela outra parte que a literatura portuguesa oferece muito pouco, o que se refere a História Universal do tráfico da escravatura, o autor prestaria um serviço muito relevante se na História do Brasil tratasse cabal

³ Os manuais que serviram de base para este texto foram as primeiras edições das duas obras utilizadas no Colégio Pedro II, ou seja, aquelas destinadas, especificamente, aos alunos do ensino secundário da principal instituição de ensino do Império. O manual destinado ao 4º ano continha 11 lições, indo das *Considerações preliminares* até *Divisão do Brasil em dois governos, subsequente reunião em um só e Domínio espanhol*, totalizando 145 páginas. Já o manual endereçado aos alunos do 7º ano abarcava 23 lições, continuando em *Domínio da Espanha até Aclamação e coroação do primeiro imperador do Brasil, guerra da independência e conclusão*, perfazendo um total de 300 páginas.

e extensamente este assunto. De si mesmo oferecem-se então muitas comparações sobre a índole, os costumes e usos entre os negros e os índios, que sem dúvida contribuirão para o aumento do interesse que nos oferecerá a obra. Enfim será conveniente indicar qual a influência exercida pelo tráfico de negros e suas diferentes fases sobre o caráter português no próprio Portugal. (MARTIUS, 1844, p. 389-411).

A questão chave sobre este elemento formador da nacionalidade brasileira, para este viajante bávaro, era se o Brasil teria tido um desenvolvimento diferente sem a introdução dos negros escravizados. Esta era a pergunta que deveria reger o ofício do historiador preocupado em escrever a história do Brasil. Esta questão iria atormentar gerações de historiadores e outros pensadores ao longo da história da escrita da História do Brasil (cf. REIS, 1999, RIBEIRO, 2015).⁴

Em *História geral do Brasil*, Varnhagen dedicou aos negros poucas páginas, assim como von Martius em sua monografia. Para o Visconde de Porto Seguro, os traficantes negreiros fizeram uma má ação ao Brasil “entulhando as suas cidades do litoral e engenhos de negrarias”. Na sua leitura, como a colonização africana teve uma grande entrada no Brasil, podendo ser considerada um dos elementos da sua população, “julgamos do nosso dever consagrar algumas linhas neste lugar a tratar da origem desta gente, a cujo vigoroso braço deve o Brasil principalmente os trabalhos do fabrico do açúcar, e modernamente os da cultura do café”. Entretanto, rogou o autor aos céus,

[...] fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana, e por conseguinte a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro, e sofreram os grilhões da escravidão, embora talvez com mais suavidade do que nenhum outro país da América [...]. (VARNHAGEN, 1979, p. 73-74)⁵.

Para Varnhagen, ao passar tais “gentes” ao Brasil, como escravizados, na verdade estes melhoraram de sorte. Embora a escravidão fosse injusta, por não ser filantrópica, e fosse uma ofensa à humanidade, por ser um ataque ao indivíduo, à família e ao Estado de onde foram arrancados, os negros, ressaltou o autor, melhoraram de sorte ao entrar em contato com gente mais polida, com a bandeira da civilização e a cruz do cristianismo. Por esse motivo, os negros da América eram melhores do que os africanos. Dessa forma, “a raça africana tem na América produzido mais homens prestimosos e até notáveis, do que no Continente donde é oriunda” (VARNHAGEN, 1979, p. 74). Na sua leitura, os negros escravizados se destacaram pela força física, o gênio alegre para suportar a sua sina, pela capacidade de trabalho.

Quanto à origem dos cativos trazidos para o Brasil, o autor avisou que havia poucos dados para montar um catálogo extenso das diferentes nações de “raça preta”, que os colonos preferiram nesta ou naquela época, e para esta ou aquela região. Mesmo assim, podia-se afirmar

⁴ Ao lidar com a situação efetiva da presença dessas “raças” não-brancas”, Martius propunha de forma concreta a “absorção” delas pelos brancos, o branqueamento via mestiçagem (ou mescla, em seus próprios termos). Nesse sentido, adora a metáfora do “poderoso rio” no qual o sangue branco banco deveria absorver o negro e o indígena, que o mesmo usa. Cf. RIBEIRO, 2015, cap. 3; REIS, 1999; KODAMA, 2009.

⁵ Para os fins desse texto adotamos a coletânea de excertos dos livros de *História geral do Brasil* e *História da Independência do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, organizada e selecionada pelo historiador Nilo Odália, publicada em 1979 para a Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 9, pela Editora Ática.

[...] que a importação dos colonos pretos para o Brasil, feita pelos traficantes, teve lugar de todas as nações não só do litoral da África que decorre desde o Cabo Verde para o sul, e ainda além do Cabo da Boa Esperança, nos territórios e costas de Moçambique; como também não menos de outras dos sertões que com elas estavam em guerra, e às quais faziam muitos prisioneiros, sem os matarem. Os mais conhecidos do Brasil eram provindos de Guiné (em cujo número só compreendiam berberes, jalofos, felupos, mandingas), do Congo, de Moçambique, e da costa da Mina, donde eram o maior número dos que entravam na Bahia, que ficava fronteira e com mui fácil navegação; motivo por que nesta cidade tantos escravos aprendiam menos o português, entendendo-se uns com outros em nagô. (VARNHAGEN, 1979, p. 74).

Nessas nações, segundo Varnhagen, a ideia de liberdade individual não estava assegurada, uma vez que os mais fortes vendiam os mais fracos, os pais os filhos e os vencedores os inimigos submetidos e, por esta razão, a escravidão no Brasil teria se tornado um alento para os africanos.

A visão do Brasil como lugar de prática de escravidão amena por parte dos senhores ocuparia o imaginário de intelectuais abolicionistas tanto, brasileiros como estrangeiros, em especial norte-americanos, ao longo do século XIX⁶. O desdobramento desta visão far-se-ia presente na obra do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (2002), a partir da década de 1930. Esta linha interpretativa da história da escravidão dentro da formação da sociedade brasileira, representada por Gilberto Freyre, exerceu forte influência na literatura didática de História do Brasil aplicada nas salas de aula das escolas brasileiras até o final dos anos 1970 e início dos 1980. Segundo Ana Lúcia Moreira, podemos perceber que a “democracia racial”, visualizada por Gilberto Freyre, por exemplo, presente nas páginas dedicadas à escravidão em grande parte dos livros didáticos de História ao longo deste período, induzia os alunos e professores a concluir que as sequelas da escravidão não teriam comprometido as relações entre “brancos” e “negros”, “senhores” e “escravos”, possibilitando a continuação da convivência sem conflitos após a Abolição (1888) – quando estes passaram a ser considerados cidadãos com “direitos iguais.” (MOREIRA, 1996, p. 476).

Na análise de Jaime Pinsky, esta leitura da escravidão explicaria não somente a viabilidade, assim como a particularidade do Brasil multirracial, “cadinho de raças”, mistura generosa que tendia para o “tipo brasileiro”. Para o referido autor, este foi outro valor que apareceu nos manuais escolares de História: “a ideia de um Brasil sem preconceito racial, onde cada um colabora com aquilo que tem para a felicidade geral. O negro com a pimenta, o carnaval e o futebol; o imigrante com sua tenacidade; o índio com sua valentia. Negando o preconceito, guarda-se o fantasma no armário ao invés de lutar contra ele. O menino negro pobre, duplamente segregado, aprende que além da unidade nacional, formamos uma unidade racial. A história que ele aprende não lhe diz respeito, é a de um Brasil construído na cabeça de ideólogos e não na prática histórica, dentro do qual, afinal, ele vive” (PINSKY, 1994, p. 17).

A ideia de escravidão amena, suave e humana no Brasil colonial esteve tão presente no discurso deste autor que, em *Novo mundo nos trópicos*, chegou ao ponto de fazer a seguinte consideração:

⁶ Para uma reflexão cuidadosa sobre a visão da escravidão amena e de paraíso racial em relação ao Brasil no imaginário dos abolicionistas brasileiros e norte-americanos, cf. AZEVEDO, 1987; AZEVEDO, 2003.

À vista de todas essas evidências não há como duvidar de quanto o escravo nos engenhos do Brasil era, de modo geral, bem tratado, e a sua sorte realmente menos miserável do que a dos trabalhadores europeus que, na Europa ocidental da primeira metade do século XIX, não tinham o nome de escravos. (FREYRE, 1971, p. 68)⁷.

Quanto às práticas religiosas dos “povos negros”, Varnhagen comentou que havia, em alguns, ideias de islamismo e até de cristianismo, em virtude da vizinhança dos estabelecimentos e feitorias dos europeus. Todavia, a maioria não passava de “gentios ou idólatras” porque “andavam nus, lavavam-se a miúdo, e, muito deles, em pequenos, golpeavam a cara por distintivo de nação”. Eles adoravam ídolos, outros animais, depositavam sua fé em calundus, quigilas e feitiços, realizavam sacrifícios e oferendas aos que possuíam muito “charlatanismo para se inculcarem por seus sacerdotes” (VARNHAGEN, 1979, p. 74-75). Tais costumes horrorizavam Varnhagen, criado dentro dos preceitos da civilização e da fé cristã.

Ao Brasil, acusou taxativamente, “essa gente” fez mal com seus costumes pervertidos, seus hábitos menos decorosos, despudorados. Os escravizados apresentavam o coração endurecido, pois viviam alheios à ternura da família. A escravidão, nesta perspectiva, trouxe sérios inconvenientes: abusos, crueldades quanto ao vestuário, alimentação e bebida.

À pergunta lançada por Martius sobre se o Brasil teria tido um desenvolvimento diferente, ou seja, melhor, sem a introdução dos negros escravizados, Varnhagen respondeu enfaticamente de forma positiva. O desenvolvimento do Brasil teria sido outro sem a presença dessa “gente” para o historiador sorocabano. A colonização africana da colônia constituiu um erro, em sua opinião. No país, havia perpetuado um regime de trabalho servil que ele nem conseguia qualificar, mas de que não se podia abrir mão, sem causar grandes males para a nação. Para o autor, o índio deveria ter sido usado como mão de obra nas lavouras e engenhos. Neste aspecto, *História geral do Brasil* teceu críticas e ataques aos jesuítas e defendeu a ação dos bandeirantes. Varnhagen acusou a falsa filantropia dos missionários da Companhia de Jesus de impedir a escravidão vermelha. Os bandeirantes paulistas, na perspectiva varnhageniana, que caçavam os “gentios” pelo sertão foram menos nocivos ao Brasil do que os traficantes de escravos negros e os jesuítas.

Para o historiador diplomata, a filantropia dos jesuítas, em relação ao indígena, era mais discurso (pregação) do que exemplo; eles próprios fizeram uso do índio como

⁷Quanto à primeira linha interpretativa sobre a escravidão, em diversos livros, em especial o clássico *Casa Grande & Senzala* [1933] e artigos publicados entre os anos 1930 e 1970, Gilberto Freyre, ao estudar o desenvolvimento da temática de um “novo mundo nos trópicos”, construiu a visão de um Brasil como uma terra [quase] livre de preconceito racial, e que poderia servir de espelho para o restante do mundo resolver seus problemas raciais. Para Gilberto Freyre, a formação da sociedade brasileira tem sido um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. Porém, sobrepondo-se a todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o *senhor* e o *escravo*. (FREYRE, 1971, p. 125). Gilberto Freyre encontrou as origens desse “novo mundo”, segundo George Andrews, na experiência colonial brasileira, e, em especial, na sua experiência supostamente benigna com a escravidão. Ao enfatizar “os níveis relativamente baixos de preconceito racial entre os colonos portugueses no Brasil, e a escassez de mulheres europeias na colônia, Freyre argumentou que o Brasil proporcionou o ambiente ideal para a mistura racial entre os senhores europeus e as escravas africanas. A ampla miscigenação ‘dissolveu’ qualquer vestígio de preconceito racial que os portugueses poderiam ter trazido da Europa, ao mesmo tempo produzindo uma grande população de raça miscigenada”. O produto desta interpretação do passado colonial brasileiro elaborada por Gilberto Freyre foi a constituição de uma das mais harmoniosas junções da cultura com a natureza e uma cultura com a outra que a América jamais vira. Para Freyre, na leitura de Andrews, “quando o Brasil passou para o século XIX e XX, esta ‘união harmoniosa’ de negros com brancos formou a base da ‘democratização ampla’ da sociedade brasileira, e sua inexorável ‘marcha para a democracia social’” (ANDREWS, 1998, p. 28).

“escravo” em suas reduções. Concluiu, de maneira irritada, que a sua proteção ao elemento da terra tinha deixado a colônia à míngua de braços para o trabalho, forçando a importação de africanos.

Ainda quanto à introdução do “escravo africano” no Brasil colonial, destacou Varnhagen dois motivos:

[...] em primeiro lugar como fica dito, de se haver promulgado como ilegal a escravatura índia, com raras exceções, das quais se os poderosos abusavam, outros se receavam, só para não virem a achar-se no caso de ter que pleitear o seu direito. Em segundo lugar proveio de se haver já nas Antilhas conhecido por experiência que os africanos eram mais fortes, e resistiam mais ao trabalho aturado do sol que os índios. (VARNHAGEN, 1979, p. 73).

Varnhagen fez outra referência elogiosa à atuação dos bandeirantes quando tratou da luta contra Palmares, um foco de quilombolas na região da serra da Barriga, em Alagoas. A obra de conquista e sujeição dos Palmares foi atividade de “largos anos, e de não poucos trabalhos e fadigas” (VARNHAGEN, 1979, p. 114).

Para o Visconde de Porto Seguro, um fiel súdito da monarquia de Dom Pedro II, que os mocambos e quilombolas dos Palmares vieram a formar seriamente um ou mais Estados não era digno de se pôr em dúvida, mas havia exageros aos que

[...] os apresentam como organizados em república constituída com leis especiais, e subordinados a um chefe que denominavam Zombi, expressão equivalente à com que na língua conguesa se designa Deus. Acerca do verdadeiro distrito dos palmares, que ocupavam os sublevados há várias opiniões [...]. (VARNHAGEN, 1979, p. 114).

O bandeirante paulista Domingos Jorge Velho foi retratado no texto de Varnhagen “como muito conhecedor das artes ardis das guerras do mato no Brasil” (VARNHAGEN, 1979, p. 114), pelas campanhas que realizou nos sertões da colônia contra os índios. A campanha contra Palmares realizada por este bandeirante era abordada como um feito heroico paulista digno de nota e lamentava-se o fato de não ter havido um cronista que o perpetuasse num relato. Além de integrar a colônia, os bandeirantes tiveram a missão de conter “rebeliões escravas” como a do quilombo dos Palmares.

Portanto, podemos perceber que Varnhagen não considerava que a presença da raça negra tivesse sido boa, favorável à colonização portuguesa no Brasil. Talvez, segundo o autor, esta poderia ter sido evitada, ou com o abandono da cultura do açúcar, ou então com o trabalho de brancos e índios entre cinco e nove horas da manhã e das quatro às seis horas da tarde, descansando ou empregando em casa as horas mais quentes do dia, como faziam os índios antes do desembarque dos europeus. Um projeto colonial (e nacional) sem negros seria o ideal para o autor de *História geral do Brasil*.

Contudo, ressaltou Varnhagen, se fosse inevitável tal opção de força de trabalho, que estes viessem não na condição de escravos romanos, como objeto venal, bens móveis, e sim na condição de servos, fixando-se o negro com sua família e dando-se o primeiro passo para a sua emancipação. De acordo com José Carlos Reis, Varnhagen acreditava que essa atitude teria “evitado o embotamento, no escravo, dos sentimentos mais ternos da humanidade, ao separar pais e filhos, maridos e esposas, amigos de infância. Nessa condição, não haveria como esperar deles nobres sentimentos, sobretudo em relação à pátria” (REIS, 1999, p. 44).

As proposições lançadas por Martius e Varnhagen sobre o povo negro e a escravidão constituíram uma ordem discursiva para a escrita da sua história em livros e manuais escolares, a partir da segunda metade do século XIX. Temáticas como as justificativas para a escravidão africana, o tráfico negreiro, o cotidiano do cativo, as resistências, os hábitos e costumes, as particularidades da escravidão brasileira e as influências deste elemento na formação da nacionalidade têm sido privilegiadas pelos autores na composição das imagens do negro, por exemplo, em seus manuais escolares.

Joaquim Manuel de Macedo, a narrativa da nação e a escravidão africana entre o romance e a escola

Nas *Lições de História do Brasil para o uso das escolas de instrução primária*, do professor Joaquim Manuel de Macedo, muito raramente a escravidão foi abordada, ainda assim, de forma bastante enviesada ou escamoteada. Embora, para o autor, a escravidão africana fosse uma grande infelicidade nacional, o assunto era extremamente ruinoso. Ela comprometia a Coroa e a nação no concerto das civilizações, mas isso só era afirmado por ele em discurso no IHGB, na literatura e opiniões jornalísticas.

A temática da escravidão, tão indigesta, ganhou espaço na escrita de Macedo com maior relevância no livro *As vítimas-algozes – quadros da escravidão*, publicado em 1869. Nesta obra, o autor deu vazão ao seu posicionamento contrário à escravidão⁸. Contudo, apresentou tese emancipacionista com cautela, tendo em vista a possibilidade de criar atritos e confrontos.

Em *As vítimas-algozes*, diferentemente do seu manual escolar, Macedo rompeu o silêncio e marcou com ferro em brasa sua opinião desfavorável à escravidão praticada no Brasil de seu tempo. Para ele, na abertura do livro, não se eliminava um cancro sem sofrimento. Na óptica de um Macedo, formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, a escravidão era um “cancro social”, uma doença que tomou conta da sociedade nacional. Ela impregnou os costumes como se fosse uma “árvore venenosa plantada no Brasil pelos primeiros colonizadores” (MACEDO, 1991, p. 3). E prosseguiu afirmando que esta era

[...] fonte de desmoralização, de vícios e de crimes, é ainda assim instrumento de riqueza agrícola, manancial do trabalho dos campos, dependência de inumeráveis interesses, imenso o capital que representa a fortuna de milhares de proprietários, e portanto a escravidão para ser abolida fará em seus últimos arrancos de monstro cruelíssima despedida. A emancipação imediata e absoluta dos escravos, que aliás pode vir a ser um fato indeclinável e súbito na hipótese de adiamento teimoso do problema, e provocador do ressentimento do mundo, seria louco arrojo que poria em convulsão o país, em desordem descomunal e em soçobro a riqueza particular e pública, em miséria o povo, em bancarrota o Estado.

A emancipação gradual iniciada pelo ventre livre dos escravos, e completada por meios indiretos no correr de prazo não muito longo, e diretos no fim desse prazo com indenização garantida aos senhores, é o conselho da prudência e o recurso providente dos proprietários. Ainda assim o costume e o interesse do senhor hão de disputar ao Estado a opressão e o domínio do escravo. É explicável a oposição, é natural a repugnância que aparece no campo invadido ao princípio que invade: é a dor que faz gemer na extração do cancro (MACEDO, 1991, p. 3-4).

⁸ Para um estudo sobre as representações dos escravos nos romances de Joaquim Manuel de Macedo, cf. AMARAL, 2001, cap. 2.

Macedo, militante do Partido Liberal, consciente da – em seus termos – depravação gerada pela escravidão, foi cuidadoso na sua escrita para orientar os senhores de escravos a aderirem a sua causa, ou seja, em convencê-los de que estava em seus próprios interesses auxiliar o Estado imperial na imensa obra da emancipação. Sua cautela explicava-se pelo receio do Brasil regressar aos tempos regenciais, onde reinava o medo, a anarquia e as lutas intestinas destruidoras da unidade da pátria. Ele desejava rapidez na extração do cancro, mas esperava que a dor gerada não fosse tão insuportável que provocasse a ira e a revolta do paciente, no caso a elite proprietária nacional.

Para criar no seu leitor a aceitação da ideia da emancipação como uma necessidade vital para o futuro do Brasil, Macedo, escrevendo em 1869, em meio a discussões acaloradas em torno da escravidão e do seu fim, ao crescimento das fugas, furtos e crimes cativos contra proprietários e feitores, a ameaças de cisões no interior da própria classe senhorial, construiu um perfil assustador para o escravo (cf. AZEVEDO, 1987; MACHADO, 1987; MACHADO, 1994; CHALHOUB, 1990; MENDONÇA, 1999).

Para Flora Süssekind, num estudo introdutório para a 3ª edição, a imagem aterrorizante do “escravo” esboçada por Macedo era um misto de tigre e serpente, de vítima e algoz, capaz de atacar quando menos se esperava:

Quando os senhores estão dormindo, como em “Simeão – o crioulo”; envenenando o café e as plantações do fazendeiro com raízes desconhecidas, como em “Pai-Raiol – o feiticeiro”; minando a “candura” da inexperiente sinhá-moça, no seu próprio quarto, como em “Lucinda – a mucama”. Transformam nos três casos, e em movimento sincronizado, escravos em algozes e senhores em vítimas. (SÜSSEKIND, 1991, p. XXII).

De um lado, o “perigo negro”⁹, de outro, a possível divisão na classe senhorial: o sentimento de medo era o eixo dos “quadros exemplares” apresentados nas histórias relatadas pelo escritor emancipacionista. A massa negra, como se percebia nas páginas do seu livro, vinha escurecer as águas cristalinas do grande rio da civilização brasileira. O clima de medo criado por suas palavras em seu leitor-senhor estava carregado de terminologias negativas e pesadas, com ênfase na traição e na dissimulação como traços inerentes ao escravo e na ingenuidade e credulidade como marcas registradas dos fazendeiros e proprietários de escravizados.

Essas imagens, associadas ao recurso melodramático, vieram com um único objetivo declarado desde as primeiras linhas do Prólogo: a defesa da classe proprietária. Uma defesa que advogava a necessidade desta classe decretar por ela mesma a emancipação, antes que tal pudesse se suceder por meios mais cruentos, a exemplo da guerra civil vivenciada pelos Estados Unidos, para não mencionar a revolução dos negros no Haiti. (AZEVEDO, 1996, p. 51-67). Macedo temia que a “nefasta influência” de tais “vítimas-algozes” e de ameaçadoras senzalas pudesse macular de modo irreparável casas-grandes e sobrados brancos. Em suma, sintetizou Süssekind:

Todo o livro é, na verdade, uma tentativa de afirmar que, sob as histórias de Simeão, Pai-Raiol e Lucinda, manifesta-se uma única interpretação todopoderosa: a de que a escravidão faz vítimas-algozes e deve ser gradualmente extinta, sem prejuízo para os grandes proprietários de

⁹ A imagem do negro como inimigo doméstico do senhor e de sua família descrita por Macedo aproximava-se da criada pelos abolicionistas brasileiros dos anos 1870 e 1880. Cf. AZEVEDO, 2003, especialmente cap. 3.

cativos. Todo o livro repete, em três versões, essa mesma ideia. Ideia que precede a própria construção narrativa das histórias e, de certa maneira, chega mesmo a tomar o seu lugar. (SÜSSEKIND, 1991, p. XXIV).

O sujeito negro, à semelhança do que aconteceu nas obras de Martius e Varnhagen, apareceu poucas vezes nas páginas do manual escolar de Macedo. Uma de suas aparições ocorreu na figura de Henrique Dias, como herói na luta de todos “portugueses e brasileiros” contra os invasores holandeses. (MACEDO, 1907, Lição XXIII). Fora deste momento, só houve referência significativa à presença negra no Brasil nos tempos coloniais no tópico sobre Palmares.

Na vigésima quinta lição, um dos assuntos tratados foi a “Destruição de Palmares”. Macedo, sobre este fato, privilegiou os instantes finais dos quilombos que apareceram ao longo das guerras holandesas, na região da Serra da Barriga, em Alagoas. Não teve a preocupação em descrever e comentar os quilombos por dentro como faria Rocha Pombo, décadas mais tarde, em sua *História do Brasil (Curso superior)*.

A invasão de Pernambuco pelos holandeses tinha desorganizado fazendas e propriedades e os escravos, aproveitando-se da confusão armada, “foram acoutar-se nas faldas da serra da Barriga e provavelmente em outras matas” (MACEDO, 1907, p. 224). Tantos foram os fugidos que chegaram a alcançar a marca de alguns mil, escreveu Macedo.

No manual adotado para a escola secundária, o autor teceu insinuações sobre a possibilidade negros escravizados fugitivos terem constituído uma espécie de república. Contudo, tal insinuação serviu para afirmar que qualquer tratamento dos quilombos com uma história romanesca de instituições, costumes e tendências generosas não passaria de licenças poéticas. Em síntese, na sua leitura, uma “república romanesca” no sertão das Alagoas, no século XVII, nada mais era que criação da imaginação (cf. MACEDO, 1863, Lição VIII – Destruição de Palmares).

Em relação ao número de quilombolas, Macedo observou que talvez até trinta mil escravos fugitivos, desertores e criminosos se avultavam ameaçadores, zombando do governo da capitania que os não podia destruir. No discurso didático macediano, o mundo daqueles que lá viviam estava traçado e à espera de um único gesto. Não havia outro caminho senão o da destruição.

Os quilombolas, segundo o autor de *A Moreninha*, não cresciam sozinhos, pois os habitantes das regiões próximas davam guarida aos fugitivos e aos criminosos, não por simpatia à causa, mas por necessidade da sua própria segurança como homens livres. Eram proprietários, súditos da Coroa portuguesa; contudo, não podiam sofrer acusações de apoiar o inimigo, porque na realidade estavam na condição de reféns. Aqui o tema do medo reaparece no texto do Macedo. Embora remoto, preso ao passado colonial, este sentimento se fazia (se faz) presente, na sua leitura, nas relações entre senhores e escravos. No caso do passado, a ameaça estava nas fugas e nos quilombos. No presente em que escrevia “Dr. Macedo”, o medo estava também no interior das próprias fazendas.¹⁰

Para Ciro Bandeira de Melo, Macedo não fugiu aos dramas do seu tempo, ao tratar da temática das revoltas escravas na história do Brasil colonial:

¹⁰ Como analisou Celia de Azevedo, “É possível que as relações sempre conflituosas entre senhores e escravos estivessem agora a vivenciar um novo momento histórico, com o espaço da produção tornando-se palco privilegiado das revoltas individuais e coletivas dos negros escravizados. Isto quer dizer que a resistência escrava estaria se concretizando cada vez mais no próprio lugar de trabalho (no eito e no interior das moradias dos senhores), muito mais do que fora dele, tal como nas tradicionais fugas e quilombos” (AZEVEDO, 1987, p. 181).

Macedo escreve na segunda metade do século XIX. A escravidão tardava a acabar no Brasil. Tantos exemplos maléficos tinham acontecido ao longo do correr do século XIX, como a questão da revolta haitiana atormentando sempre com o temor de uma haitinização do Brasil. (MELO, 1997, p. 269).

Se aqui nesta referência do manual escolar o quilombo de Palmares apareceu como um perigo do passado remoto, só para lembrar o que já aconteceu, no livro *As vítimas-algozes* já se podia remeter a um Toussaint-Louverture, o libertador do Haiti que estava mergulhado em revoltas, lembrando uma ameaça próxima à memória de Macedo.

Após várias tentativas frustradas das autoridades pernambucanas, relatou Macedo, o paulista Domingos Jorge Velho apresentou-se e deu início aos combates, tendo em vista as cláusulas que lhe interessavam, por exemplo, a que doava, como sesmarias, as terras que se fossem submetendo aos vencedores dos quilombolas; a que dava aos mesmos a propriedade dos escravizados que fossem aprisionados, sob a obrigação de serem levados para fora da capitania os que tivessem mais de sete anos, sendo perdoada a morte aos que não fossem primeiros cabeças e a que garantia aos chefes e oficiais quatro hábitos das três ordens militares. Tais garantias oferecidas ao bandeirante mostravam como a questão de Palmares foi importante para o governo colonial, sendo imperativa a sua destruição.

Ao narrar às operações de ataque, Macedo, sem fugir das orientações do mestre Varnhagen, ressaltava o valor dos paulistas e a valentia dos atacados e, após muita luta, a vitória da ordem. Quanto aos líderes do quilombo, entre eles Zumbi, o autor anotou que eles preferiram a morte à escravidão, atirando-se do alto de um penhasco.¹¹

Nos seus manuais escolares, Macedo resumiu a este evento à presença do negro na memória nacional a ser ensinada nos bancos escolares. Em relação ao negro, como parte formadora do povo brasileiro, o autor optou pelo silêncio. Macedo era contra a escravidão, embora não tivesse escrito sobre o assunto, de forma contundente, uma linha no seu manual escolar. Não fez qualquer nota sobre o elemento da raça negra como coparticipe na construção da nação brasileira porque sua preocupação era definir os foros de civilização que a Monarquia de Dom Pedro II carregava e o negro não era passível de tal assimilação. Ele estava fora da encenação monumental do ato de formação da nacionalidade brasileira no texto didático de Macedo.¹²

Descolonizar a história e a literatura... É preciso evidenciar a estrutura escravista da identidade nacional

De acordo com Stuart Hall, o termo “pós-colonial” não se restringe a descrição de determinadas sociedades ou épocas:

Ele relê a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou global das grandes narrativas imperiais do passado, centrada na nação. Trata-se de como as relações transversais e laterais que Gilroy denomina “diaspóricas” complementam e ao mesmo tempo des-locam as noções de centro e periferia, e de como o global e o local reorganizam e moldam um ao outro. (HALL, 2013, p. 119).

¹¹ Os detalhes sobre a tomada de Palmares foram apresentados pelo autor no manual escolar de História do Brasil para o ensino secundário.

¹² Cabe destacar que Macedo não analisou a escravidão como “constituente” da formação histórica, mas, de maneira enviesada, como “acidental” e lamentável. Pelo menos no caso da Companhia de Comércio do Maranhão, o historiador é bem explícito sobre a escravidão africana e tráfico de negros escravizados.

O conceito, apesar de se encontrar em processo de construção epistemológica, não se limita geográfica e nem temporalmente, podendo se constituir em uma interessante postura político-epistemológica para se apreender o Oitocentos brasileiro, na medida em que sinaliza uma “proliferação de histórias e temporalidades, a intrusão da diferença e da especificidade nas grandes narrativas generalizadoras do pós-Iluminismo eurocêntrico” (HALL, 2013, p. 121).

Narrativas múltiplas e pluriversais podem atender melhor as expectativas e necessidades dos tempos atuais, assim como uma abordagem que “descolonialize o saber e reinvente o poder”, tal qual a proposta de Boaventura de Souza Santos. Para o sociólogo português, o fim do colonialismo político europeu, epistemicídio, nos seus termos, não significou o fim do colonialismo das mentalidades e das subjetividades na cultura e na epistemologia; muito pelo contrário, continua a se reproduzir de modo endógeno (SANTOS, 2010, p. 7-8).

O caso é que a situação de colonialidade ainda persiste em pleno século XXI. E nesse aspecto, o aparato teórico pós-colonial se torna muito bem-vindo, na medida em que denuncia contrapontos, subalternidades, não lugares, entrecampos, violências epistemológicas, silêncios, estereótipos, racializações e hierarquizações.

De acordo com Edward Said,

Devemos, pois, ler os grandes textos canônicos, e talvez também todo arquivo da cultura europeia e americana pré-moderna, esforçando-nos por extrair, entender, enfatizar e dar voz ao que está calado, ou marginalmente presente ou ideologicamente representado em tais obras. (SAID, 2011, p. 123).

Há diversos tipos de pós-colonialismos, assim como autores/teóricos pós-coloniais. O conceito, como observado anteriormente, não se limita espacial e nem temporalmente, de acordo com Stuart Hall. Portanto, não se refere exclusivamente ao processo de descolonização afro-asiático de meados do século passado. Dessa forma, podemos estender essa condição para as sociedades que surgiram após o processo de descolonização durante o século XIX cujas colonizações remontam ao século XVI, inaugurando o período histórico conhecido como modernidade. Para estes casos em particular, o termo apropriado é o decolonialismo, ou seja, uma dissidência do pós-colonialismo que aborda a situação pós-colonial das Américas (cf. CARBONIERI, 2016).

Esse projeto de modernidade (leia-se colonialismo) trouxe consigo não a questão da “raça”, conforme construída no período, mas a do “racismo”, presente no projeto de modernidade, na Ciência, na constituição dos Estados-nação, na forja das identidades. Para que exista narrativa, nação, Estado ou constituição de um “povo” é preciso produzir discursos raciológicos, bem como criar um conceito plausível de “raça”.

Instituições como o IHGB, por exemplo, englobavam várias especialidades: inicialmente História e Geografia, e, depois de algum tempo, Etnografia e Arqueologia. A História se encarregaria de escrever uma narrativa geral da nação monárquica brasileira, na qual se consolidariam identidades, personagens e acontecimentos dignos de serem lembrados pela posteridade. A Geografia, responsável pelo conhecimento do território, fundamentaria e legitimaria toda uma política de fronteira e expansão territorial.

O grande problema que se impunha para a escrita da história imperial foi justamente a composição do povo brasileiro. O indígena contemporâneo era mal-visto e o negro trazido

do continente africano, ignorado. O grande contingente de negros e de nações indígenas, habitantes das diversas províncias, inviabilizaria a formação do povo nacional, que na medida do possível deveria ser “puro”, leia-se branco, conforme o exemplo das nações na Europa.

Uma das formas de romper com a essencialidade das identidades pode localizar-se nos deslocamentos, nos termos de Tomaz Tadeu da Silva, seja por obrigação ou opção, ocasionalmente ou constantemente. As diásporas, como a dos negros; ou deslocamentos de pessoas a partir das antigas colônias para as antigas metrópoles; as constantes ondas migratórias às fronteiras da Europa; ou mesmo uma simples viagem, que proporciona uma situação de sentir-se estrangeiro, pode-se vivenciar, ainda que temporariamente, como o “outro”.

Dessa forma, experimentam-se as “delícias e as inseguranças da instabilidade e precariedade da identidade” (SILVA, 2009, p. 87-88). Para Paul Gilroy, a diáspora é uma ideia valiosa porque aponta para um sentido mais refinado e mais maleável de cultura do que as noções características de enraizamento. Ela oferece uma alternativa imediata à disciplina severa do parentesco primordial e do pertencimento enraizado. Ela funciona como

Uma alternativa à metafísica da “raça”, da nação e da cultura delimitada e codificada no corpo, a diáspora é um conceito que problematiza a mecânica cultural e histórica do pertencimento. Ela perturba o poder fundamental do território na definição da identidade ao quebrar a sequência simples de elos explanatórios entre lugar, localização e consciência. (GILROY, 2007, p. 151).

O processo de hibridação, decorrente desses deslocamentos, em geral conflituosos, oportuniza a formação de outras identidades, não sendo necessariamente determinada pela identidade hegemônica, pois, apesar de conservar traços dela, introduz a diferença que constitui possibilidades para seu questionamento. (SILVA, 2009, p. 88). De acordo com Homi Bhabha, a hibridação é o “terceiro espaço, o qual desloca as histórias que o constituem e geram novas estruturas de autoridade, novas iniciativas políticas que são inadequadamente compreendidas através do saber recebido” (BHABHA, 1996, p. 36-37).

Analisar os escritos de Joaquim Manuel de Macedo a partir de um referencial teórico decolonial pode contribuir para dar visibilidade a grupos que não poderiam aparecer enquanto sujeitos históricos constituintes da nação para os jovens estudantes do Colégio Pedro II. Silenciar o protagonismo do negro nas *Lições de História do Brasil* significava condená-los ao epistemicídio, evidenciando apenas o elemento branco nas narrativas histórico-literárias, propostas anteriormente por Martius e Varnhagen.

Macedo, enquanto historiador do IHGB, professor do Colégio Pedro II e autor de manuais de História, não poderia se manifestar sobre a presença do negro em diversas esferas do cotidiano da Corte no Rio de Janeiro. Tais grupos não teriam espaço na História *magistra vitae*, ou mesmo na História-ciência ou disciplina escolar. Contudo, Macedo na condição de literato teria a possibilidade de se manifestar por meio das letras, ou seja, uma área não tão científica e estratégica quanto a História do e para o Estado bragantino.

Por meio da literatura, Macedo deixará seus recados e recomendações para a sociedade fluminense sem se comprometer. Afinal, a história se tornou ciência em oposição à literatura restrita agora à fábula e à imaginação.

Silenciar sobre determinados grupos pode significar a perpetuação do racismo velado entre nós, bem como do mito da democracia racial, proposto por Martius há quase duzentos anos.

Se por um lado o “índio” esteve presente de forma mais contundente nas narrativas, mesmo que de forma genérica, exótica, estereotipada e ofuscado pela exuberância da natureza, o negro, por sua vez, se tornou presente por meio de sua ausência. Ausência enquanto sujeito ativo no processo histórico, participante somente na condição de “escravo”, submisso e trabalhador, ou destemido para a guerra contra “invasores”. Aos transgressores da ordem, como o fez Zumbi, restavam duas opções: nova submissão ou despencar-se de altos rochedos. Independente da escolha estariam destinados ao *epistemicídio* (SANTOS, 2010, p. 7-8).

Referências

AMARAL, Skaryse Piroupo. *Uma nação por fazer – escravos, mulheres e educação nos romances de Joaquim Manuel de Macedo*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana. Historiadores do IHGB catedráticos do Colégio Pedro II no Império. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 168, n. 434, p. 219-232, 2007.

ANDREWS, Georges Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.

AZEVEDO, Celia Maria M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

AZEVEDO, Celia Maria M. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

AZEVEDO, Celia Maria M. Imagens da África e da Revolução do Haiti no Abolicionismo dos Estados Unidos. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 116, p. 51-66, 1996.

BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

BHABHA, Homi K. O terceiro espaço. Entrevista concedida a Jonathan Rutherford. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 24, p. 35-41, 1996.

CARBONIERI, Divanize. Pós-Colonialidade e Decolonialidade: rumos e trânsitos. *Revista Labirinto*. Porto Velho, ano XVI, n. 24, p. 280-300, 2016.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FREYRE, Gilberto. *O novo mundo nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

GILROY, Paul. *Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013, p. 101-129.

KODAMA, Kaori. *Os índios no império do Brasil: A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.

MACEDO, Joaquim Manuel de. O Imperial Colégio de Pedro II. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas-algozes – quadros da escravidão*. São Paulo: Scipione, 1991.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de história do Brasil para uso dos alunos do Imperial Collegio de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, t. 1, 1861.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de história do Brasil para uso dos alunos do Imperial Collegio de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: D. J. G. Brandão, t. 2, 1863.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de história do Brasil para uso nas escolas de instrução primária*. Rio de Janeiro: Garnier, 1875. [1865].

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão – Trabalho, luta e resistência escrava nas lavouras paulistas – 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico – Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Edusp, 1994.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: *A história escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 11-26.

MARTIUS, Karl F. P. Como se deve escrever a História do Brasil. In: *O estado dos autóctones no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982 [Monografia publicada originalmente na *Revista do IHGB* – Rio de Janeiro, t. 6, 1844].

MATTOS, Selma Rinaldi. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MELO, Ciro Flávio C. B. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

MENDONÇA, Joseli Maria N. M. *Entre a mão e os anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp/Cecult, 1999.

MOREIRA, Ana Lúcia *et al.* Reflexões sobre a presença do negro na História brasileira: uma proposta alternativa para a prática pedagógica. In: *Anais do II Seminário Perspectivas do Ensino de História*. São Paulo, Feusp/Anpuh, 1996.

PINSKY, Jaime. Nação e ensino de História no Brasil. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1994, p. 11-22.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

RIBEIRO, Renilson Rosa. O Brasil inventado pelo Visconde de Porto Seguro. Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da ideia de Brasil-Colônia no Brasil-Império (1838-1860). Cuiabá: Entrelinhas, 2015.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Boaventura Souza. *Descolonizar El saber reinventar El poder*. Montevideu: EdicionesTrilce, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SÜSSEKIND, Flora. As vítimas-algozes e o imaginário do medo. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas-algozes – quadros da escravidão*. São Paulo: Scipione, 1991, p. xxi-xxxviii.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, Visconde de Porto Seguro. *Varnhagen: História, seleção de excertos da História geral do Brasil e História da Independência do Brasil*, organizada por Nilo Odália. São Paulo: Ática, 1979.

Notas de autoria

Luís César Castrillon Mendes é doutor em História, com estágio pós-doutoral em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor adjunto do Curso de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: luismendes@ufgd.edu.br

Renilson Rosa Ribeiro é doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio pós-doutoral em Educação na Universidade de São Paulo (USP). Professor associado do Departamento de História, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem e ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: rrrenilsoon@yahoo.com; renilson.ribeiro@ufmt.br

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

MENDES, Luís César Castrillon; RIBEIRO, Renilson Rosa. História e literatura, silenciar ou anunciar? Os dilemas da escravidão africana na escrita de Joaquim Manuel de Macedo no Brasil oitocentista. *Sæculum – Revista de História*, v. 27, n. 46, p. 66-83, 2022.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 22/06/2021

Modificações solicitadas em 03/05/2022

Aprovado em 03/05/2022